



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBENTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS
ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SASCAR - TECNOLOGIA E SEGURANÇA
AUTOMOTIVA S.A.

ENTRE

SASCAR - TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.
EMISSORA

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
AGENTE FIDUCIÁRIO

E

SASCAR PARTICIPAÇÕES S.A.
INTERVENIENTE-GARANTIDORA E FIADORA

DATADA DE
17 DE ABRIL DE 2013

h *(signature)*

DUCEP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SASCAR - TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.

Pelo presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Sascar - Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.” (“**Escritura de Emissão**”):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (“**Debêntures**”):

SASCAR - TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Marte, nº 537, Centro de Apoio 1, Alphaville, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 03.112.879/0001-51, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Emissora**”);

II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“**Debenturistas**” e, individualmente, “**Debenturista**”):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514 – Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Agente Fiduciário**”); e

III. na qualidade de interveniente-garantidora e fiadora,

SASCAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, na Avenida Marte, nº 537, Térreo, sala 1, Centro de Apoio 1, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.984.267/0001-40, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Fiadora**”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures (“**Emissão**”), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Oferta**” e “**Instrução CVM 476**”, respectivamente), a constituição da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida) e a celebração desta Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de abril de 2013 (“**AGE**”), nos termos do artigo 59, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

1.2. A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) pela Fiadora, nos termos do item 5.20.2.1 abaixo foi devidamente autorizada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Fiadora realizada em 17 de abril de 2013, nos termos do artigo 10, alínea (p), do Estatuto Social da Fiadora (“**AGE Fiadora**”).

JUCESP
CLÁUSULA SEGUNDA - REQUISITOS
DE EMISSÃO

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da ata da AGE e da AGE Fiadora

2.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) publicada no jornal “Diário Comercial”, conforme disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A ata da AGE Fiadora será arquivada na JUCESP e publicada no (i) DOESP e (ii) publicada no jornal “Diário Comercial”.

2.2. Inscrição desta Escritura de Emissão

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, e do seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. Em razão da Fiança, prestada nos termos do item 5.20.2.1 abaixo, esta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item 2.6 abaixo.

2.3. Registro para Distribuição

2.3.1. As Debêntures serão devidamente registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4. Registro para Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.1.1. Não obstante o disposto no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Constituição da Cessão Fiduciária

2.5.1. Observado o disposto no item 5.20.1. abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida) será formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 129 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei de Registros Públicos”). A Emissora obriga-se a, sendo responsável por todas as despesas incorridas em tais atos, requerer o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos referidos cartórios em até 20 (vinte) dias após a sua celebração. Uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária, devidamente registrados nos referidos cartórios deverá ser entregue, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro.

DUCEP

30 de 13

2.6. Registro da Fiança

2.6.1. Em virtude da Fiança, a presente Escritura de Emissão, e qualquer aditivo subsequente, deverão ser registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto nos artigos 129 e 130, da Lei de Registros Públicos. A Emissora obriga-se a, sendo responsável por todas as despesas incorridas em tais atos, requerer o registro desta Escritura de Emissão nos referidos cartórios em até 20 (vinte) dias após a sua celebração. Uma via original desta Escritura de Emissão, devidamente registrada nos referidos cartórios deverá ser entregue, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definido), contados da data do seu efetivo registro.

2.7. Registro na CVM

2.7.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

2.8. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.8.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 25, §1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a locação mercantil, comercialização, importação e exportação, de equipamentos eletrônicos e serviços de monitoramento de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores; licenciamento ou a cessão de direito de uso de programas de computação; processamento de dados; serviços de manutenção, suporte e assistência técnica de equipamentos eletrônicos; e treinamento profissional para utilização de programas e equipamentos eletrônicos.

CLÁUSULA QUARTA – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados ao reforço de capital de giro da Emissora, sendo que, para todos os fins, sempre inserido dentro do curso normal dos negócios da Emissora.

CLÁUSULA QUINTA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

5.1. Número da Emissão

5.1.1. A presente Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

5.2. Número de Séries

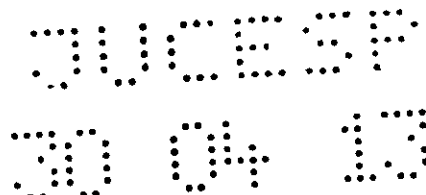
5.2.1. A Emissão será realizada em série única.

5.3. Valor Total da Emissão

5.3.1. O valor total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) (“Valor Total da Emissão”), na Data de Emissão.

5.4. Quantidade de Debêntures

5.4.1. Serão emitidas 5.000 (cinco mil) Debêntures, em série única.



5.5. Banco Liquidante da Emissão

5.5.1. Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, prestará os serviços de banco mandatário das Debêntures (“**Banco Liquidante da Emissão**”).

5.6. Escriturador Mandatário

5.6.1. Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64, prestará os serviços de escriturador das Debêntures (“**Escriturador Mandatário**”).

5.7. Data de Emissão

5.7.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de abril de 2013 (“**Data de Emissão**”).

5.8. Valor Nominal Unitário das Debêntures

5.8.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“**Valor Nominal Unitário**”), na Data de Emissão.

5.9. Conversibilidade

5.9.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.10. Forma e Comprovação de Titularidade

5.10.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP21.

5.11. Espécie

5.11.1. Nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures serão da espécie quirografária. Adicionalmente, as Debêntures contarão com garantias adicionais real e fidejussória, quais sejam, a Cessão Fiduciária e a Fiança, respectivamente.

5.12. Prazo de Subscrição

5.12.1. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, §2º, da Instrução CVM 476.

5.13. Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização

5.13.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, no ato da subscrição e integralização (“**Data de Integralização**”), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido na Cláusula 5.16.2 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (“**Preço de Integralização**”), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

JUCESP
30 04 19

5.14. Prazo e Data de Vencimento

5.14.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2019 (“**Data de Vencimento**”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures previstas na Cláusula Sétima e nos itens 5.16.6 e 5.19 abaixo, respectivamente.

5.15. Amortização do Principal

5.15.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Aquisição Facultativa (conforme definido na Cláusula 5.27.1 abaixo), do resgate antecipado e do vencimento antecipado das Debêntures previstos nos itens 5.16.6 e 5.19 e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 30º (trigésimo) mês de vigência das Debêntures (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 25 de outubro de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Data de Amortização das Debêntures	Definição da fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures
25 de outubro de 2015	12,50%
25 de abril de 2016	12,50%
25 de outubro de 2016	12,50%
25 de abril de 2017	12,50%
25 de outubro de 2017	12,50%
25 de abril de 2018	12,50%
25 de outubro de 2018	12,50%
25 de abril de 2019	12,50%

5.16. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

5.16.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.16.2. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“**Taxa DI-Over**”), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“**Remuneração**”), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,5000, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

(a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

DUCE SP

(b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

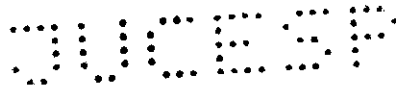
5.16.2.1. Define-se "**Período de Capitalização**" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização extraordinária, resgate antecipado e vencimento antecipado, conforme o caso.

5.16.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

5.16.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Cláusula 10.1 abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item 5.16.4. deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.

5.16.5. Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.16.4 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.16.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.16.4 acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 10.7 abaixo), a Emissora deverá resgatar a



totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização referida Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 5.21.1 abaixo), quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a fórmula estabelecida no item 5.16.2. acima, observando-se a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.16.7. O resgate descrito no item 5.16.6., assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriurador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.16.7. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com de acordo do Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o item 5.16.6. acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.17. Pagamento da Remuneração

5.17.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures previstas no item 5.16.6 e 5.19 e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de outubro de 2013 e o último, na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Datas de pagamento da Remuneração
25 de outubro de 2013
25 de abril de 2014
25 de outubro de 2014
25 de abril de 2015
25 de outubro de 2015
25 de abril de 2016
25 de outubro de 2016
25 de abril de 2017
25 de outubro de 2017
25 de abril de 2018
25 de outubro de 2018
25 de abril de 2019

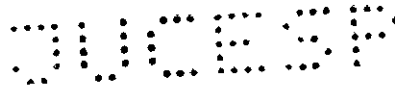
5.18. Repactuação Programada

5.18.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.19. Resgate Antecipado Facultativo

5.19.1. A partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da data de Emissão (inclusive), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, promover o resgate antecipado de parte ou totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições:

- I. a Emissora deverá comunicar os Debenturistas, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante da Emissão, a CETIP e o



Escriturador Mandatário acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam a: (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso III abaixo; (iii) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo (“**Comunicação de Resgate**”);

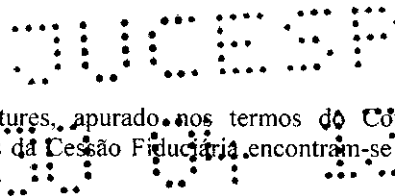
- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) aos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) ao prêmio incidente sobre o somatório dos valores indicados nos subitens (i) e (ii) acima, correspondente a (a) 1,65% (um décimo e sessenta e cinco centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir no 3º (terceiro) ano de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão, isto é, de 26 de abril de 2015 (inclusive) e até 25 de abril de 2016 (inclusive); (b) 1,10% (um décimo e dez centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra no 4º (quarto) ano de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 26 de abril de 2016 (inclusive) e até 25 de abril de 2017; (c) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra no 5º (quinto) ano de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 26 de abril de 2017 (inclusive) e até 25 de abril de 2018 (inclusive); e (d) 0,30% (trinta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra no 6º (sexto) ano de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão, isto é, a partir de 26 de abril de 2018 (inclusive) e até a Data de Vencimento (exclusive) (“**Prêmio**”) (“**Valor do Resgate Antecipado Facultativo**”);
- III. caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada pelo Agente Fiduciário deliberar sobre os critérios aplicáveis, observado, para tanto, o disposto no item 5.19.2. abaixo;
- IV. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- V. com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.19.2. Caso (i) por qualquer razão não haja a realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o inciso III do item 5.19.1. acima, ou (ii) ainda que havendo a referida Assembleia Geral de Debenturistas, não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio, o sorteio relativo ao referido resgate parcial será realizado pelo Agente Fiduciário usando-se para tanto as práticas atuais de mercado.

5.20. Garantias Adicionais

5.20.1. Garantia Real

5.20.1.1. Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras: Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarão o “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras em Garantia” (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”), por meio do qual a Emissora cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, sobre aplicações financeiras de titularidade da Emissora e por ela mantidas no Banco do Brasil S.A. (“**Banco Depositário**”) equivalentes a, no mínimo, 20% (vinte por



cento) sobre o saldo devedor das Debêntures, apurado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. ("Cessão Fiduciária"). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária encontram-se expressamente previstos no Contrato de Cessão Fiduciária.

5.20.2. Garantia Fidejussória

5.20.2.1. Fiança: A Fiadora, neste ato, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, renunciando expressamente ao benefício de ordem, conforme descrito no item 5.20.2.3 abaixo, obrigando-se como fiadora e principal pagadora e, solidariamente com a Emissora, responsável por todas as obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios ("**Fiança**"), incluindo o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a Remuneração e os Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 5.21.1 abaixo), devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("**Valor Garantido**").

5.20.2.2. O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor deverá ser pago em até 3 (três) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas no âmbito das Debêntures. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e fora do âmbito CETIP.

5.20.2.3. A Fiadora expressamente renuncia nesta Escritura de Emissão aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**") e artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**").

5.20.2.4. A Fiadora se sub-rogará nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela efetivamente honrada.

5.20.2.5. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Emissão.

5.20.2.6. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de qualquer Valor Garantido, principal ou acessório, devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

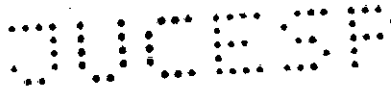
5.20.2.7. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles honrados nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.21. Encargos Moratórios

5.21.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e (ii) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("**Encargos Moratórios**").

5.22. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.22.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.25. abaixo, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor



correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.23. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

5.23.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

5.24. Local de Pagamento

5.24.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no CETIP21: (a) na sede do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.25. Prorrogação dos Prazos

5.25.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Dia Útil"), se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

5.26. Publicidade

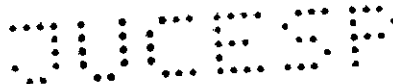
5.26.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, a critério exclusivo da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOESP e no jornal "Diário Comercial", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá, a exclusivo critério do Agente Fiduciário e da Emissora, conforme o caso, ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

5.27. Aquisição Facultativa

5.27.1. A Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações e observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, estes últimos se for o caso ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 5.27.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.28. Imunidade Tributária

5.28.1. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de



valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata este item não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com desconto da alíquota dos tributos incidentes.

5.29. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

5.29.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Fiadora, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente arquivados na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos itens 2.2. e 2.6 acima, respectivamente.

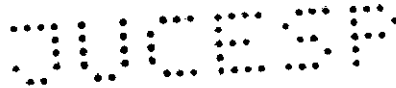
CLÁUSULA SEXTA – CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

6.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

6.1.1. Nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Sascar - Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.” (“**Contrato de Distribuição**”) a ser celebrado entre o BB - Banco de Investimento S.A. (“**BB-BI**” ou “**Coordenador Líder**”) e a Emissora, a Oferta, observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido), será realizada sob a coordenação do Coordenador Líder, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão.

6.1.2. O Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto no Contrato de Distribuição e os procedimentos previstos na Instrução CVM 476 (“**Plano de Distribuição**”). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:

- I. nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“**Instrução CVM 409**”), serão considerados investidores qualificados para os fins da Oferta: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados, sem prejuízo do disposto no inciso III, subitem (ii) abaixo; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (“**Investidores Qualificados**”). (a) Os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no inciso II abaixo, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM 476; (b) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (c) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no subitem (iv) acima, deverão subscrever, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476;
- II. o Coordenador Líder poderá, no contexto dos esforços restritos de colocação das Debêntures, acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- III. não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;



- IV. não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais investidores sejam Investidores Qualificados, e assinem a Declaração de Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), nos termos do inciso VI abaixo;
- V. no ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados deverão assinar **"Declaração de Investidor Qualificado"** atestando, dentre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada na CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável;
- VI. o Coordenador Líder e a Emissora comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476; e
- VII. não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever as Debêntures no âmbito da Oferta.

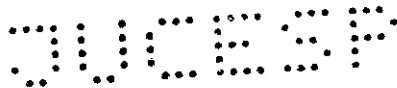
CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.3 e 7.1.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, se for o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um **"Evento de Vencimento Antecipado"**):

- (i) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora;
- (ii) pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência das controladas, diretas ou indiretas, da Emissora ou da Fiadora (**"Controladas"**);
- (iii) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária nos termos desta Escritura de Emissão na respectiva data de vencimento;
- (iv) transformação do tipo societário da Emissora ou da Fiadora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) caso qualquer das declarações feitas pela Emissora ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária provem-se ou revelem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes;
- (vi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de qualquer das Controladas, no mercado local ou internacional, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), reajustados, anualmente, pela variação do IGP-M/FGV;

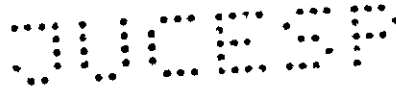
DUCE SP

- (vii) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à Emissão e à Oferta;
- (viii) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida da mesma espécie, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- (ix) pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de remuneração aos sócios, em valores que, somados, ultrapassem o percentual descrito abaixo, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas:
 - i. 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, durante o período de carência da operação;
 - ii. 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado no exercício, após o período de carência da operação e desde que a Emissora esteja adimplente com todas as obrigações decorrentes da Emissão;
 - iii. 100% (cem por cento) do lucro líquido apurado no exercício, após o período de carência e desde que a relação Dívida Líquida/EBITDA seja menor ou igual a 1,0 vez;
- (x) não cumprimento de qualquer decisão administrativa ou arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante, com exceção daquelas ainda em discussão ou discutíveis, desde que observados os prazos legais e/ou regulamentares aplicáveis, na esfera judicial, ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora e/ou qualquer das Controladas em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustados, anualmente, pela variação do IGP-M/FGV desde a Data de Emissão;
- (xi) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer Controladas, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do plano respectivo e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial;
- (xii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão de acordo com a finalidade descrita, conforme Cláusula Quarta acima;
- (xiii) redução de capital social, sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão, não sanado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (xv) realização de cisão, incorporação, incorporação de ações, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária, que impliquem em mudança de controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora. Fica admitida a realização de oferta pública de distribuição de ações da Emissora e/ou da Fiadora, desde que não haja mudança no atual controle acionário indireto da Emissora e/ou da Fiadora;
- (xvi) protestos de títulos contra a Emissora e/ou da Fiadora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), reajustados, anualmente, pela variação do IGP-M/FGV, desde a Data de Emissão, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (ii) se o protesto for cancelado ou suspenso, em qualquer dessas duas hipóteses, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis;
- (xvii) não pagamento na data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da



Fiadora e/ou de qualquer das Controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustados, anualmente, pela variação do IGP-M/FGV, desde a Data de Emissão;

- (xviii) alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora e da Fiadora, de forma a excluir as atividades principais atuais e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (xix) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora ou pela Fiadora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora ou da Fiadora que não afetem materialmente e de forma adversa as atividades da Emissora e da Fiadora ou, quando a não renovação decorrer de atraso do órgão competente em emitir as autorizações, alvarás ou licenças, desde que exista a solicitação tempestiva por parte da Emissora para obtenção dos referidos documentos;
- (xx) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das ações representativas do capital social da Emissora ou da Fiadora;
- (xxi) ocorrência de eventos que possam, substancialmente e de forma comprovada, afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou da Fiadora, e de cumprir com as respectivas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de suas respectivas obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável;
- (xxiii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora ou da Fiadora, desde que em dimensões que dificulte ou impossibilite o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou da Fiadora em relação à Emissão;
- (xxiv) redução de mais 1/3 (um terço) do patrimônio líquido consolidado da Emissora ou da Fiadora, independente do objetivo, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxv) não verificação do percentual mínimo da Cessão Fiduciária, conforme disposto no item 5.20.1.1 acima e no item 3.3. do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xxvi) concessão/amortização de mútuos sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo admitidas exclusivamente as transações entre empresas do grupo econômico da Emissora (Emissora, Fiadora e Controladas) que não resultem em valores em aberto que individualmente ou cumulativamente ultrapassem R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao final de cada exercício da Emissora;
- (xxvii) caso as garantias constituídas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, por qualquer fato atinente ao seu objeto, se tornem inexecutableis, inválidas ou ineficazes para assegurar o pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (xxviii) vedação à aquisição e/ou fusão e/ou incorporação de ativos não aderentes ao objeto social (*core business*) ou à estratégia de negócios da Emissora; e
- (xxix) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros ("**Índices Financeiros**"), verificados anualmente por auditor independente devidamente registrado na CVM, incluindo seu parecer



em relatório, com base nas informações anuais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora:

(A) Dívida Líquida de Curto Prazo/EBITDA Ajustado menor ou igual a 0,40 vezes; e

(B) Dívida Líquida /EBITDA Ajustado menor ou igual a 2,0 vezes.

sendo:

Dívida Líquida: significa o endividamento bancário mais debêntures curto e longo prazos – ativo circulante financeiro;

EBITDA Ajustado: significa o resultado operacional antes da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSSL e do Imposto de Renda Pessoas Jurídicas – IRPJ, adicionando-se as despesas financeiras, depreciação, amortização, excluindo-se as receitas financeiras e ajustadas por efeitos não recorrentes;

Dívida Líquida de Curto Prazo: significa os empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias e títulos emitidos no mercado internacional classificados como de curto prazo, subtraídos das disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa.

7.1.2. Na iminência de ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas do item 7.1. acima (que não aquelas descritas no item 7.1.3. abaixo), a Emissora obriga-se a, no Dia Útil subsequente a data em que tomar ciência do fato, notificar, nos termos do item 12.2. abaixo, o Agente Fiduciário e os Debenturistas, por meio físico (com protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio) e/ou eletrônico, conforme aplicável, para que os Debenturistas, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da referida notificação, se manifestem acerca da concessão ou não de uma autorização específica para a não observância, pela Emissora, de tal Evento de Vencimento Antecipado.

7.1.2.1. A manifestação de que trata o item 7.1.2 acima deverá ser ratificada por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada nos termos da Cláusula Dez abaixo quando, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por conceder a autorização de que trata o item 7.1.2. acima.

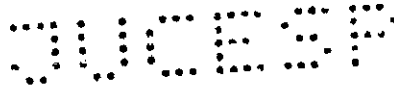
7.1.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas de (i) a (viii) do item 7.1. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.1.4. Na hipótese de um evento de vencimento antecipado não previsto no item 7.1.3. acima e, desde que não esteja na exceção prevista no item 7.1.2., o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula Dez abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.1.4. acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.6. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.1.4. acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante da Emissão.

7.1.7. Em caso do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo



Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Doze desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.1.8. O resgate das Debêntures de que trata o item 7.1.7. acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriurador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 7.1.7. acima.

7.1.9. Caso ocorra o pagamento decorrente do vencimento antecipado, caberá à Emissora comunicar, por meio de correspondência, em conjunto com o Agente Fiduciário, a CETIP e com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data em que deva realizar o pagamento, observado o prazo disposto no item 7.1.7. acima.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. A Emissora e a Fiadora, conforme aplicável, estão adicionalmente obrigadas a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias corridos, contados da data de término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia, em meio eletrônico, (a) das demonstrações financeiras da Emissora auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) da declaração dos representantes legais da Emissora de que não ocorreu nenhum Evento de Vencimento Antecipado, bem como atestando o cumprimento das demais obrigações previstas na Emissão; e (c) no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do encerramento do prazo de 90 (noventa) dias corridos aqui tratado, relatório contendo memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para o acompanhamento dos limites e dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário;
 - (ii) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
 - (iii) em tempo hábil, as informações veiculadas na forma prevista no item 5.26. acima;
 - (iv) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
 - (v) em até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pela Fiadora que possa resultar em efeito

DUCE SP

relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou pela Fiadora, conforme aplicável, e/ou relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;

- (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (d) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, na data de sua ocorrência;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, conforme aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar, no primeiro Dia Útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer evento que tenha, com relação à Emissora e/ou de suas controladas e/ou a Fiadora, conforme aplicável, (a) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira ou de outra natureza, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou dos documentos que instruem a Emissão e a Oferta; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado ("**Efeito Adverso Relevante**"); ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (h) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Cessão Fiduciária, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (j) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme descrita na Cláusula Quarta acima;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das

JUCESP

Debêntures e da Cessão Fiduciária;

20 de 13

- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, entregando ao Agente Fiduciário os comprovantes, quando solicitado;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) tomar todas as providências para manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (p) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que seja parte, conforme aplicável;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à realização da Emissão e da Oferta e os atos societários da Emissora; (c) de registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura de Emissão; e (d) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta;
- (s) entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original da presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos itens 2.2 e 2.6 acima, respectivamente;
- (t) entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária, e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item 2.5 acima;
- (u) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (v) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
 - i. preparar as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
 - ii. submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;

1

MA7

- iii. no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- iv. por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
- v. observar as disposições da Instrução da CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- vi. divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, aos Coordenador Líder e à CETIP;
- vii. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
- viii. não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.2. As despesas a que se refere o item 8.1., alínea (o) acima, compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) despesas de viagem, transporte, estadia e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que sejam devidamente comprovadas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.2.1.1. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e/ou realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

✓

MD

✓

DUCE SP

CLÁUSULA NONA - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos das normas e legislações aplicáveis e desta Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

9.2. O Agente Fiduciário declara que:

- (a) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária, todas seus termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, assim como o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (j) verificou, com base nas informações prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (k) verificará a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária, nos termos e prazos previstos no item 2.1.5. acima, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (l) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária tem poderes bastantes para tanto; e
- (m) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

9.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos relativos à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.4. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes. 9.4.1. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.4 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira), até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

9.4.2. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

9.4.3. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens e estadias, alimentação, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

9.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.4.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso.

9.4.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.4.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.8. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

9.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

JUCESP



- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Dez abaixo;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo, sem prejuízo das demais exigíveis pela Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar seu organograma societário, todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (l) abaixo. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

r

DUCEAP

- vi. declaração sobre sua aptidão para ~~continuar exercendo~~ a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme disposto na Cláusula Quarta acima, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - viii. resgate e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens I a 7, da Instrução CVM 28; e
 - x. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, caso as Debêntures venham a ser negociadas neste ambiente;
 - e. na CETIP; e
 - f. na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos termos do item 5.26. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (l) acima;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante da Emissão, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso *publicado* nos jornais mencionados no item 5.26. acima, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, indicando o local em que

DUCE SP

fornecerá aos interessados maiores informações, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;

- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (s) divulgar as informações referidas na alínea (k), inciso x acima, em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (t) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pela Emissora;
- (u) verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (v) intimar a Emissora a reforçar a Cessão Fiduciária na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

9.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) observadas as disposições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, executar a Cessão Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

9.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 9.6. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar, nos termos do disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, por deliberação da unanimidade de titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d) do item 9.6. acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.6.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos

DUCE SP

demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura de Emissão.

9.7. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- i. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- ii. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;
- iii. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- iv. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- v. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- vi. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- vii. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima não delibere sobre a matéria;
- viii. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas, nos termos dos itens 5.26. acima e 12.1. abaixo; e
- ix. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

CLÁUSULA DEZ – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

10.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.1. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 5.26. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de

convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

10.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

10.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista, que assim que for designado, ou aquele que for designado pela CVM.

10.4. A primeira convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos de sua realização.

10.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.6. Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários.

10.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "**Debêntures em Circulação**" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora, a qualquer controlada ou a qualquer coligada da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

10.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

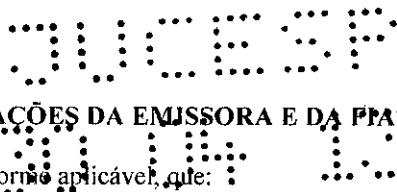
10.10. Exceto pelo disposto no item 10.11. abaixo e pela deliberações cujo quórum já tenha sido estabelecido nos termos desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.11. Não estão incluídos no quórum a que se refere o item 10.10. acima:

- (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro, inclusive ainda no caso de renúncia ou perdão temporário; (vii) as Garantias Adicionais, descritas no item 5.20 acima e/ou (viii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Dez, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

↑
MDA

4



CLÁUSULA ONZE – DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA

11.1. A Emissora e a Fiadora neste ato declaram, conforme aplicável, que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras vigentes;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Emissora e da Fiadora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Fiadora sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Fiadora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora, exceto pela Cessão Fiduciária, e da Fiadora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou a Fiadora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Fiadora e/ou qualquer de seus ativos;
- (e) a Emissora e a Fiadora têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora ou a Fiadora estejam discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora e a Fiadora estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora e da Fiadora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (g) as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora e da Fiadora disponibilizadas representam corretamente a posição financeira da Emissora e da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, e não ocorreu e não está existente qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (i) excetuando-se o (i) procedimento arbitral CMA 262 tramitando na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP; (ii) o Mandado de Procedimento Fiscal MPF – F n.º 08.1.85.00-2011-00265-3 expedido pela Secretaria da Receita Federal – Divisão de Maiores Contribuintes – SP; (iii) a Ordem de Serviço Fiscal (OSF) n.º 14.0.05486/11-3 expedida pela SEFAZ – Delegacia Regional Tributária de Osasco; (iv) o Auto de Infração n.º 4.015.656 expedido pela Delegacia Regional Tributária de Osasco; (v) o Auto de Infração n.º 4.013.490-8, expedido pela Delegacia Regional Tributária de Osasco; e (vi) o Auto de Infração n.º 16561.720120/2012-53, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, em Barueri/SP, a

Emissora e a Fiadora não tem conhecimento da existência de qualquer outra ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental (A) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (B) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária;

- (j) a Emissora não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (k) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando, no caso da Fiadora, a Fiança, e à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (l) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa fé;
- (m) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes (observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, com relação à eficácia da Cessão Fiduciária) da Emissora e da Fiadora (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (n) as informações prestadas pela Emissora e pela Fiadora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures; e
- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE na JUCESP; (ii) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (iii) pelo registro do Contrato de Cessão Fiduciária e seus eventuais aditamentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, respectivamente; e (iv) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura de Emissão.

11.1.1. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal, contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

11.1.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado, pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 11.1. acima.

11.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 11.1.2. acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

DUCE SP

CLÁUSULA DOZE - NOTIFICAÇÕES

12.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SASCAR - TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.

Avenida Marte, nº 537, Centro de Apoio 1, Alphaville

Santana de Parnaíba - SP

CEP 06541-005

Tel.: (011) 2174-1501

Fax: (011) 2174-1500

At: Mauricio Fernandes Teixeira

E-mail: mauricio.teixeira@sascar.com.br

Para a Fiadora:

SASCAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Marte, nº 537, Térreo, sala 1, Centro de Apoio 1, Alphaville

Santana de Parnaíba - SP

CEP 06541-005

Tel.: (011) 2174-1501

Fax: (011) 2174-1500

At: Mauricio Fernandes Teixeira

E-mail: mauricio.teixeira@sascar.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante da Emissão:

ITAÚ UNIBANCO S.A

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo - SP

CEP 04344-902

Tel.: (011) 2797-4441

Fax: (011) 2797-3140

At: Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

DUCE SP
30 04 13

São Paulo - SP
CEP 04538-132
Tel.: (011) 2797-4441
Fax: (011) 2797-3140
At: Luiz Petito
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1.663, 4° andar
CEP: 01.452-001, São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

13.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas

DUCE SP

decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

13.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA CATORZE – FORO

14.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Santana de Parnaíba, 17 de abril de 2013.

[restante da página deixado intencionalmente em branco]

MD

DUCE SP

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura nº 2: (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritivos de Colocação, da Sascar - Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.]

SASCAR - TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.


Mauricio Fernandes Teixeira

Nome:

Cargo:

Mauricio Fernandes Teixeira
Diretor Financeiro


Marcio Tabatchnik Trigueiro

Nome:

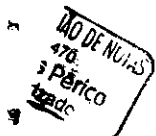
Cargo:

Marcio Tabatchnik Trigueiro
Diretor Presidente


OFFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 TABELADO DE NOTAS DE SANTANA DE PARNAÍBA / SP
 INSC. 132 RUA POLO PROSPER. (IM) ED. LAZARA RODRIGUES CRUZ
 CENTRO / SANTANA DE PARNAÍBA - ESTADO DE SÃO PAULO
 www.cartoriomarcioaugustorodriguescruz.com.br - cartorio@cartoriomarcioaugustorodriguescruz.com.br - fone: (11) 4622-7700

RECONHECO, por semelhança, a(s) firma(s) de **MAURICIO FERNANDES TEIXEIRA (152792)** e **MARCIO TABATCHNIK TRIGUEIRO (151182)**, Dou fe, Santana do Parnaíba-SP, 18/04/2013, Em test: da verdade.
SANDRA APARECIDA DA SILVA CARMO - ESCRIVENTE
 Reg.: 4956485250489951494850565250 - Unit.: 6,50 Total: R\$13,00
 2
 INVALIDO SEMPRE COM O SELO DE AUTENTICIDADE**


 0926AA988536 0926AA988537

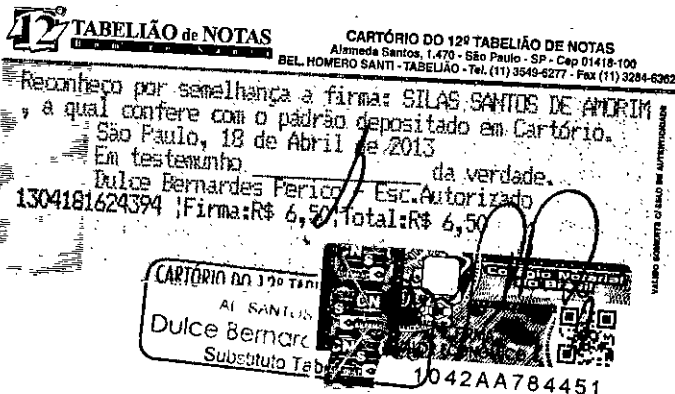


DUCEAP

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Sascar - Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Silas Santos de Amorim
Cargo: Procurador



MD

h

DUCE SP

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Repetidos de Colocação, da Sascar - Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.]

SASCAR PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome:

Cargo:

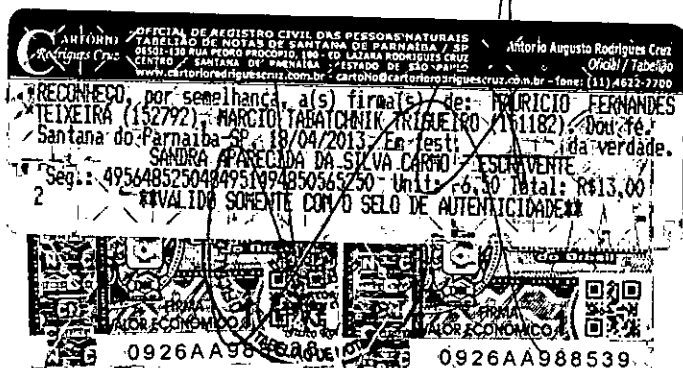
Mauricio Fernandes Teixeira
Diretor Financeiro



Nome:

Cargo:

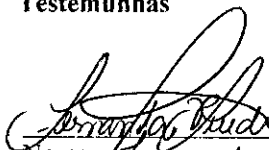
Marcio Tabatchnik Trigueiro
Diretor Presidente

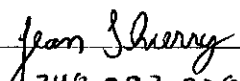


JUCESP

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Sascar - Tecnologia e Segurança Automotiva S.A.]

Testemunhas


Nome: Amanda R. Guedes
CPF: 540.803.988-98
R.G: 43.845.992-1


Nome: Jean Sherry
CPF: 348.093.238-03
R.G: 32.871.281-4

